

JORNAL DO BRASIL

ANEXO 10

Bê-a-bá do Ensino

Generosas percentagens foram atribuídas à educação no novo texto constitucional, em nível federal, estadual e municipal. Seria muito bom que isto garantisse um mínimo de qualidade no nosso sistema pedagógico; mas o que a realidade ensina é que nada acontecerá de válido se a sociedade não fiscalizar — e cobrar — a aplicação dessas verbas.

No plano das universidades, há professores que conseguiram ingressar no olimpo dos salários; mas não devolvem esse salário em prestação de serviços. Há universidades federais oferecendo refeições a 1 cruzado. Obviamente, com tanta liberalidade não sobrarão dinheiro para a merenda escolar no ciclo básico — onde a criança, às vezes, só na escola tem a sua alimentação garantida.

O caso da educação superior é um dos menos bem resolvidos dentro da nossa província pedagógica. Deixou-se que a bandeira do "ensino gratuito" assumisse proporções demagógicas. A nova Constituição fica assim prisioneira da sua própria generosidade.

Ela estabelece, por exemplo, o direito à pré-educação — creches e pré-escolar. Está mais ou menos admitido que esse estágio preparatório é realmente importante, sobretudo para as populações de baixa renda. Mas os dados indicam a existência de 7 milhões de crianças fora da escola na faixa dos 7 aos 14 anos. Com o novo texto, mais alguns milhões tornam-se credores da educação gratuita.

Será suficiente para todos a nova proporção de verbas estabelecida pela Constituinte? Poderia até ser, caso o dinheiro fosse bem usado. Mas o que o poder público está fazendo é financiar o ensino superior — extremamente caro — para a classe média que põe os filhos em bons colégios (e que entram nas universidades gratuitas) enquanto ainda não mostrou, até agora, a menor condição de financiar um ensino básico digno deste nome.

São incongruências (ou injustiças, para usar a palavra mais correta) que terão de desaparecer algum dia. O Brasil simplesmente contornou, até hoje, o problema da educação em escala nacional. O ministério da Educação transformou-se num elefante branco, um gigante burocrático que sepulta com o seu próprio peso qualquer boa intenção.

A municipalização do ensino é um movimento que começa a crescer, e precisa tomar corpo. Os municípios vão ter — parece — dinheiro para começar a investir nesse terreno. E, teoricamente, é mais fácil controlar o dinheiro no município do que seguir as suas piruetas pelos labirintos de Brasília.

Mas nesses casos a atitude da sociedade é tão ou mais importante do que a existência de um generoso texto constitucional. Se, por exemplo, a eleição de vereadores seguir os padrões tradicionais, em vez de mais educação teremos exemplos espetaculares do que não fazer com as verbas para a educação.